

O REGIONALISMO COMO FENÔMENO GLOBAL: RELAÇÕES ENTRE O PRIMEIRO REGIONALISMO NA LITERATURA ERUDITA SUL-RIO-GRANDENSE E A "REAÇÃO TRADICIONAL" AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA ÉPOCA NO EXTREMO-SUL DO BRASIL.

MARIA LUIZA DE CARVALHO ARMANDO*

A presente comunicação 1) expõe, de forma resumida e, em consequência, talvez insuficiente, estudos que fizemos no campo do regionalismo sul-rio-grandense (estudos esses que englobam uma série de proposições nossas), para, ao final, 2) indagar, sob forma de hipótese, sobre a possibilidade de estender algumas dessas proposições, pelo menos analogicamente, a outras áreas do regionalismo brasileiro. Tal indagação é dirigida a especialistas nessas outras áreas, visto nossa especialização se restringir ao citado fenômeno na cultura sul-rio-grandense, circunscrevendo-se - ademais - a um único período de sua manifestação.

Observações preliminares

Apesar dessa restrição, nossa primeira proposição aqui - introdutória - é de caráter geral e refere-se ao conceito de regionalismo, que propomos corresponda ao referido fenômeno encarado globalmente e, não, restrito a sua manifestação no campo literário.

É certo que, se se considera o conjunto do que W. Benjamin chamaria "bens culturais",¹ é forçoso reconhecer que o regionalismo se expressou de forma privilegiada na literatura; eis

*Instituto de Filosofia, Letras e Artes Universidade de Ijuí/FIDENE - RGS.

porque nos parece justo que um estudo a esse respeito privilegie, especialmente se se restringir àquele conjunto, o regionalismo literário.

Nossa proposta, contudo, supõe não só a consideração mais ampla de sua expressão em outras produções culturais (no sentido restrito) além da literatura, mas, igualmente, a de sua expressão em outros setores do todo sócio-cultural, notadamente, no das idéias e ações políticas. Na verdade, parece-nos necessário considerar todas essas manifestações como correlacionadas num só fenômeno global, que pode variar - bem entendido - no espaço e no tempo, mantendo porém uma coerência fundamental que lhe caracteriza a fisionomia.

Trata-se, a nosso ver, de um assunto insuficientemente estudado, já setorialmente, já - ainda mais - se se o considera como propomos se o faça, isto é, como fenômeno global (talvez mesmo porque assim não se o considera habitualmente).

Cabe ainda observar a insuficiente atenção dada a fenômenos correlatos do regionalismo, fenômenos a esse intimamente relacionados, como o "tradicionalismo" - tão forte no Rio Grande do Sul -, que, através de suas manifestações contemporâneas, não tem cessado de renascer. Aliás, o "tradicionalismo", por seu polimorfismo e por seu caráter popularesco se constitui num assunto particularmente interessante.

A menção ao popularesco introduz outra observação, dizendo respeito a outra carência, no âmbito dos estudos sobre o regionalismo: habitualmente, salvo erro nosso, dá-se atenção apenas a suas manifestações no estrato erudito da Cultura (entendida essa aqui em seu sentido mais restrito, ou seja, no sentido de "representações culturais"). É proposição nossa que se considerem suas manifestações também em outros estratos culturais: o "do povo" (folclórico, na acepção de Arnold Hauser) e o "popular" (*idem*) ou popularesco.²

Parece-nos interessante, ainda, aludir dèsde já à orientação teórico-crítica (a histórico-sociológica) que subjaz a nossos estudos e proposições, embora seja de supor que se evidecie ela de per si ao longo do exposto.

Essa orientação, no entanto, não significa recusarmos o

princípio teórico da "imanência", que, no âmbito dos estudos literários, postula o respeito ao texto em si, princípio que representa, sem nenhuma dúvida, a colaboração que os formalismos e estruturalismos deixaram - após "balanço" e como conquista irrecusável - àquele campo do Conhecimento e que, em se tratando de textos ficcionais, significa fidelidade absoluta ao universo imaginário.

O respeito à "imanência", porém, não impede - ao contrário, exige - a consideração (anterior, concomitante ou posterior) do contexto em que essa "imanência" se insere: o de outras "imanências" que com ela se relacionam em um mesmo contexto que todos esses fenômenos engloba: o histórico-sociológico (isto é, o da cultura, da Sociedade e da História), ao mesmo tempo estrutura e dinamismo, sincronia e diacronia.

Foi também uma tal orientação que nos levou a compulsar, em nosso trabalho, a experiência cultural (aqui, no seio de uma cultura regional), considerando os fenômenos vividos como objeto de Conhecimento, a ser cotejado com outros objetos de Conhecimento. E, justamente - cabe observar -, o tê-lo feito foi fator decisivo na constituição de nosso atual conceito de regionalismo, por motivos que não vêm ao caso aqui.

Finalmente, para encerrar estas observações preliminares, talvez não seja inútil lembrar que um tal conceito de regionalismo tem, como consequência necessária, o afirmar-se que a história interpretativa desse fenômeno global que se impõe como tarefa e desafio não pode ser obra de especialistas em uma só área do Conhecimento; nem, muito menos, tarefa individual. Isso, que seria, de qualquer forma, uma dedução lógica, foi demonstrado através de nossa experiência, na elaboração do trabalho que intentamos, e de que se trata aqui.

-*-*

Feitas essas observações preliminares, passemos ao relato resumido dos estudos que, realizados por nós no âmbito regional sul-rio-grandense, nos levaram a encarar como exposto o fenômeno do regionalismo e, posteriormente, a nos interrogarmos (salvo os aspectos específicos em causa) sobre a possibilidade de aplicação de alguns dos pontos levantados - principalmente, nossa constatação fundamental a nível histórico-

sociológico - ao âmbito brasileiro.

Ainda uma vez, alguns esclarecimentos se fazem necessários:

1) Apesar de, pela experiência do contexto contemporâneo e pela observação desse, nos havermos preocupado, em nosso trabalho, com manifestações recentes do regionalismo ou de seu correlato, o "tradicionalismo", nossa análise propriamente dita se ateve às origens e à evolução do fenômeno até uma época determinada. Essa delimitação temporal não impediu - antes, exigiu - uma ultrapassagem do quadro cronológico; tanto no sentido do recuo, quanto no do avanço. No entanto, nossas observações, análises, hipóteses e conclusões referem-se sempre, apenas, à época em questão e - insistimos - apenas ao contexto regional sul-rio-grandense.

2) Embora vejamos as manifestações culturais (no sentido restrito) inseridas em um contexto amplo, de que dependem, privilegiamos em nosso trabalho essas manifestações, especialmente as literárias.

3) E, embora não hajamos considerado apenas o estrato erudito da Cultura, a esse também privilegiamos, na medida em que, partindo da literatura folclórica sul-rio-grandense, passamos à literatura erudita e nos centramos em um autor que nesse estrato se situa; na medida em que, também, demos ênfase, além da literatura, a outro setor das manifestações culturais (o de uma certa "interpretação", que chamamos "crítica mitodológica", de caráter "histórico-sociológico") que também se insere no estrato erudito.

4) Tais manifestações culturais foram, em nosso trabalho, constantemente referidas ao que já em 1972 chamavamos "mito do gaúcho"³, conceito fundamental em se tratando da cultura regional típica, em nossa opinião, e que por isso mesmo nos serviu de "analisador". Tentamos, primeiramente, esboçar a origem e a trajetória desse "mito" na cultura regional, o que supõe a tentativa de esboçar a formação e a evolução dessa cultura e, logo, da própria região do Extremo-Sul. Foi nesse "panorama problemático" que inserimos o fenômeno do regionalismo, sempre referido ao dito "mito", que orientou a análise da literatura folclórica mais significativa e, posteriormente,

da erudita de caráter regionalista, assim como a da "crítica mitológica". Obviamente, mantivemos o mesmo "analisador" no estudo do autor em que nos centramos e que ocupa grande parte de nosso trabalho: Simões Lopes Neto (1865-1916).

5) Assim, são os marcos temporais que a esse se referem que delimitam a época mencionada no ponto 1 das presentes observações. Nosso primeiro ponto de partida fora um estudo sobre esse autor (cf. nota 3); e foi ele que nos levou a, posteriormente, constituir o "panorama problemático" referido no item anterior; voltamos, após, ao autor em causa para um estudo mais desenvolvido. E, tanto o que chamamos "panorama problemático", quanto esse novo e tudo sobre o autor levaram-nos à corroboração de hipóteses interpretativas já configuradas quando de nosso primeiro estudo a seu respeito, bem como à configuração de novas hipóteses interpretativas. Ora, se havíamos anteriormente recuado no tempo até os primórdios da formação rio-grandense-do-sul, ativemo-nos, após o novo estudo da obra de Simões, à época deste, para testar nossas hipóteses. Contudo, essa mesma operação analítica obrigou-nos a novo deslocamento no tempo, em busca de elementos referentes à base social do regionalismo em uma história bem mais antiga do que a da época em causa. E, com isso, não nos deslocamos apenas no tempo: deslocamo-nos também no espaço, dando entrada em nosso trabalho a um contexto (o nacional) mais amplo do que o do Rio Grande do Sul.

6) Foi exatamente esse alargamento de contexto que tornou viável a presente comunicação. No que toca ao Rio Grande do Sul e ao regionalismo da época de que nos ocupamos, podemos ser mais afirmativos. Com efeito, como dissemos, tanto o estudo do autor em questão, quanto o do "panorama problemático" em que o inserimos levaram-nos a formular com segurança hipóteses interpretativas; e essas foram examinadas, a seguir, em nova consideração do contexto histórico-sociológico regional, revelando-se, a nosso ver, prováveis, senão comprovadas (dentro da relatividade em que sempre se move o estudioso, em se tratando de Ciências Humanas). Julgamos que uma melhor compreensão de nossas posições poderá ser atingida através de consulta à nossa tese de Doutorado.⁴ Face, porém, à inacessibilidade

dessa, pareceu-nos necessário anexar a esta comunicação algum material dela extraído. (V. anexos) Saindo-se, porém, do âmbito sul-rio-grandense, a comunicação propriamente dita se termina e inicia-se a interrogação.

-*-

Passemos, enfim, ao relato de nossa matéria.

1. Antes de mais, trata-se de resumir as bases de que partimos: a análise da obra de ficção de Simões Lopes Neto - mais precisamente, de *Casos do Romualdo*⁵ - para o que se torna necessário situarmos o autor.

1.1. Não queremos nos referir com isso ao que é do conhecimento de todos e, sim, posicionarmo-nos face a uma certa confusão que parece reinar quanto à acepção de "literatura regionalista", muitas vezes confundida, no Rio Grande do Sul, com "literatura gauchesca" (expressão a que atribuímos acepção diferente), com literatura de temática - ou matéria - regional (cujo grande exemplo é *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo)⁶ e, mesmo, com a literatura folclórica (ou o que tal é considerado; não seria o momento de abordar a interessante discussão que o assunto suscita e que certamente merece atenção). Consideramos como "regionalista" apenas a literatura erudita que, a partir de fins do século XIX, toma por matéria o gaúcho tradicional (o tipo sociológico característico do pampa) e seu mundo, assumindo (ou pensando assumir) a visão-de-mundo desse gaúcho, que expressa (ou pensa expressar), ou configurando as transformações (às vezes, a "decadência") por que passam um e outro, relativamente à imagem tradicional, expressando-se - e eis aqui um elemento essencial de nossa caracterização - em uma "linguagem", ou em um "estilo" - que intenta recriar a idiossincrasia que, a esse nível, é a do tipo em questão e a do seu mundo. Nesse sentido, consideramos Simões Lopes Neto um autêntico regionalista (como já tem sido dito, o mais significativo, dentre os sul-riograndenses), situado à hora do que se pode denominar o "primeiro regionalismo" do Extremo-Sul⁷.

1.2. Há que lembrar: nos diferentes estratos da cultura rio-grandense antes citados (cf. p.2 desta comunicação), a imagem do tipo em questão e de seu contexto é de caráter mítico⁸, motivo pelo qual deve ser referida a essa imagem, não só

a literatura que esse tipo criou, como, também, aquela - bem mais indiscutível e mais vasta - que ele suscitou. Nossa análise de Simões Lopes Neto nos levou, a esse propósito, a uma conclusão curiosa: a de que a literatura regionalista erudita no Rio Grande do Sul, de que o autor representa o marco fundamental, nasceu já - graças à obra "desse" - sob um signo ambivalente: o da adesão/contestação, relativamente àquela imagem mítica. Na verdade, nossa análise de Simões Lopes Neto se pode resumir na constatação - e na tentativa de explicação - de um duplo aspecto no qual centramos nosso estudo: o de adesão ao "mito do gaúcho" e o de "transgressão", relativamente a esse mesmo "mito", fenômeno que se manifesta através de duas obras - as de ficção do autor - e das respectivas personagens (ambas referidas, simultaneamente, em nossa análise, ao gaúcho mítico e ao gaúcho real).⁹

1.3. Foi isso constatado, portanto, pela análise do universo imaginário criado pelo autor nessas obras (análise intratextual e intertextual), servindo-nos como texto central a primeira das obras citadas na nota 9 e como intertexto à segunda. No entanto, o intertexto foi alargado pela abordagem de outros escritos do autor, ficcionais ou não (complementares relativamente aos textos ficcionais; especialmente, extraídos da obra jornalística de Simões), textos esses que testemunham principalmente a respeito dos fatores conscientes de sua "adesão" ao "mito do gaúcho". Foi assim possível confrontar a dados colhidos nesses outros textos uma "pista" interpretativa que a primeira das obras de ficção aqui citadas nos havia fornecido e que terminou por ser central em nossa tentativa de explicação do fenômeno "adesão/transgressão" em Simões Lopes Neto. Mais importante para a explicação do aspecto "adesão", aparece ela, porém, no seio mesmo da "transgressão" (representada pela primeira das obras de ficção aqui citadas, por seu caráter paródístico e caricatural, relativamente não só à segunda obra citada, mas, também, ao "mito do gaúcho" e, mesmo, ao próprio "gaúcho peão" real). Essa pista é a referência ao "gringo", referência pejorativa que, em nosso estudo, relacionamos à "adesão" do autor (ao "mito do gaúcho", à imagem do "gaúcho peão" tradicional e, logo, ao regional). Mais ainda: atribuí-

mos a essa "adesão" motivos ideológicos, referindo-a a uma ameaça de perda da prioridade social.

1.4. A reação que Simões Lopes opõe à "ameaça" representada pelo "gringo" apresenta-se a seus olhos envolta nas vestes da Cultura, pois é em nome da defesa de uma idiossincrasia regional (e nacional) que (em escritos não-ficcionais, diretamente) o autor se levanta.¹⁰ Nossa hipótese básica, a nível de interpretação (histórico-social), no entanto, detecta aí uma expressão ideológica da aristocracia rural sul-rio-grandense face à ascensão de uma nova classe - ou fração de classe -, em cujo seio se encontra a categoria incriminada - o "gringo" -, que seria, assim, incriminada, não exatamente por representar etnias estranhas às do sul-rio-grandense e do brasileiro tradicionais, e, sim, mais precisamente, pelo "lugar social" que, em sua evolução no panorama sul-rio-grandense, vem a ocupar. Em nossa opinião, é também a partir de seu "lugar social" que o autor em questão reage, associando-se a sua personagem "mítica" e, através dela, ao "pólo negativamente privilegiado"¹¹ da sociedade rural tradicional do Rio Grande do Sul, aderindo assim ao "mito do gaúcho" e ao regionalismo. Logo, em seu caso, essa adesão teria, a nível ideológico (nível, a nosso ver, essencial), um significado de auto-defesa. E o que estaria em questão não seria apenas (ou: na realidade) a perda de identidade cultural (motivo alegado) mas, também (ou: principalmente) a perda de prioridade social. Vale dizer: a "ameaça" em causa pesaria de fato sobre as bases econômicas e sobre o poder sócio-político do setor rural tradicional da classe dominante. Isso explicaria a adesão referida, que, tratando-se de Simões - não se limita a uma expressão literária (seria longo explicar o porquê dessa afirmação). Explicaria, logo, o esforço por fazer sobreviver aquilo com que se identificava e que era a seus olhos, por isso mesmo, precioso, levando-o, por exemplo, a tentar criar em outros (como o fez) uma consciência histórica semelhante à sua própria. (Algumas de suas iniciativas sociais revelam uma marcada preocupação pedagógica nesse sentido.)

2. Suspeitamos desde o início que essa nova classe ou fração de classe de que nos parece depender a reação do autor fa-

ce ao "gringo" estivesse ligada à urbanização e, provavelmente, à industrialização, então incipiente. Ademais, o progresso do trabalho levou-nos a supor que tal reação - precedida pela adesão do aristocrata (o autor o era) ao gaúcho peão, ao "mito do gaúcho" e ao regionalismo poderia, não só se relacionar à ascensão social de uma nova classe ou fração de classe, como, também, a tensões sociais mais antigas, que historicamente opuseram - não poucas vezes - a aristocracia rural à fração da classe dominante urbana tradicionalmente ligada ao capital, fração a que a nova classe ou fração de classe não seria estranha.

3. Seguir a pista fornecida pela obra "transgressiva" de Simões significou tratar, tanto da questão do "gringo" (isto é, da imigração européia para o Sul do Brasil no século XIX), quanto de bom número de questões relativas ao contexto em que o "gringo" se insere. Ou seja: consistiu em tentar explicar a "adesão" do autor em causa a partir de seu "lugar" social. Deixamos de nos preocupar aqui com a explicação do aspecto "transgressivo" de sua obra, aspecto possivelmente ligado à lucidez que o leva a considerar como inviável um projeto por ele próprio apresentado (o que, a nível de criação literária, o conduz à paródia e à caricatura). Observemos, apenas, que também a "transgressão" poderia explicar-se a partir do "lugar" social do autor: sua reação face às transformações sociais poderia, não só ter um aspecto de luta de conservação ou defesa, como, também, um aspecto de tentativa de evolução, tentativa representativa da de uma fração da classe social de Simões. (Isto é: um grupo ou uma fração de classe ameaçados em sua prioridade podem aspirar a uma negação ou a uma superação de seu estatuto com o fim de integrar novas forças sociais - em ascensão.) A localização do autor em uma classe, uma fração de classe e um grupo social se concretiza através da referência a um quadro originário de inserção. E, de fato, a consulta histórica revela que a fração de classe que nos parece em questão não tem sua existência histórica definida exclusivamente por suas características intrínsecas e, sim - o que, aliás, não é privilégio seu -, igualmente, por seu encontro com outros agentes histórico-sociais. No quadro da estrutura

e da dinâmica globais, esses outros agentes são outras frações da classe dominante e o próprio Estado. Do ponto de vista dia-crônico, as outras frações da classe dominante com que coexistiu a dos grandes senhores rurais no âmbito brasileiro são, primeiramente, a "burguesia" urbana (sendo aqui impropriamente usado o termo "burguesia") e, apôs, a burguesia industrial. E essa, no Rio Grande do Sul, surgiu relacionada à imigração européia do século XIX. Esse dado permitiria, inclusive, aclarar o laço contraditório entre regionalismo e urbanização que se nos apresentou desde o início de nosso trabalho.

II. No exame dessas hipóteses:

1. Estudamos, primeiramente, do ponto de vista histórico, a questão da terra no Brasil e da fração das classes dominantes ligada ao latifúndio (que tão fortemente marcou o Rio Grande do Sul tradicional). Com isso, estendemos ao contexto brasileiro um estudo que já fizéramos no que toca ao Extremo-Sul. Lembremos aqui um aspecto originário dessa questão: como se sabe, a necessidade de explorar a propriedade rural - inerente, inclusive, à concessão de sesmarias - relacionou, já na origem, a propriedade da terra à disponibilidade de capital. Além do desaparecimento do pequeno e do médio sesmeiros, isso postulou muito freqüentemente a dependência do senhor rural ante a "burguesia" urbana: os senhores do comércio e das finanças (sendo que o senhor rural dependia também a outros títulos da primeira categoria citada), a que se associava o Estado. O crescimento de tal dependência levou, segundo Faoro, a um conflito entre esses dois setores da classe dominante.¹¹ No plano político, esse conflito - segundo o mesmo estudioso - tomou a forma da oposição entre centralismo e regionalismo, em que os grandes senhores rurais representaram as tendências particularistas conseqüentes ao sistema das sesmarias (de efeito descentralizador); as oligarquias locais opunham-se assim às frações (urbanas e litorâneas) da classe dominante, que incluíam o "estamento", categoria "parasitária" nutrida pelo Estado centralizador, frações que, aliás, nutriam o Estado. Por essa razão os senhores rurais foram politicamente liberais, ao

longo da história brasileira. Um dos atrativos dessa tese de Faoro é que permite explicar as revoltas e revoluções que marcaram em nosso país o século XIX e entre as quais se inclui a guerra civil de dez anos que teve lugar no Rio Grande do Sul e é conhecida como Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Permite, mesmo, interpretar fenômeno político semelhante na África platina, abordado por Sarmiento em seu famoso libelo contra Rosas.¹² Ainda segundo o mesmo ensaísta, bem cedo - desde o século XVIII -, a "burguesia" financeira forçara as portas do poder estatal, no seio do qual, associada à Coroa, por ela alimentada, combateu as tendências autonomistas e liberais dos grandes proprietários de terra. Aquela categoria, é certo, podia-se tornar proprietária de terras também ela, mas nunca com características idênticas às do sesmeiro tradicional. É certo também que, mais tarde, descendentes desses se "urbanizarão", fato importante no quadro de nossa problemática. Mais tarde também, aparecerão cisões internas, no que toca à categoria dos senhores rurais tradicionais, onde se desenvolverá um setor "progressista". Por outro lado, o latifúndio não se constitui de um só tipo, e, sim, de diversos, sendo que o mais "progressista" desses tipos - o latifúndio cafeeiro - veio a se relacionar ao processo de industrialização, visto os inícios desse terem dependido da acumulação de capital proporcionada pelo comércio do café. (Ao contrário dos demais latifundiários, o senhor do café - como mostra Celso Furtado - não se ocupava apenas de parte do processo de produção, mas de sua totalidade, pois encarregava-se também da fase de comercialização de seu produto.)¹³ No entanto, apesar do "progressismo" dessa categoria latifundiária, certas contradições nascerão, igualmente, entre os senhores do café e a incipiente burguesia industrial. Face à ameaça da industrialização, a categoria agrária tradicional se associará ao grande comércio importador/exportador (do qual sempre dependera). Parece ser expressão de uma tal reação da categoria agrária a idéia, difundida na década de 70 do século passado, de que o Brasil tinha por vocação única a de ser um grande país agrícola. Não é possível aqui abordar as lutas ideológicas e políticas da burguesia industrial nascente. Basta lembrar o marco da Revolução de 1930.¹⁴

2. A coleta de dados sobre as lutas históricas entre frações da classe dominante brasileira (de que o resumo aqui trazido dá apenas uma pálida idéia) foi seguida de um estudo sobre a questão da imigração européia do século XIX, cujas motivações, no que respeita ao Brasil, foram dadas, simultaneamente, pela necessidade de mão de obra e pelo desrespeito relativo à mão de obra nativa. Dos dois tipos fundamentais de imigração, interessa aqui um: a chamada "colonização", por ser o que concerne ao Rio Grande do Sul. Tendo tido por finalidades o povoamento e a produção agrícola, a "colonização" (principalmente, de alemães e italianos) instituiu a pequena propriedade na região e, a longo prazo, modificou o panorama do Estado, sob vários pontos de vista, embora se haja conservado o latifúndio. Inicialmente, como quando da colonização açoriana, no século XVIII, coexistiram duas sociedades, isto é, a tradicional e a "colonial", que (como no caso anterior aqui citado) não se interrelacionavam. Com efeito, se, com a Independência brasileira, o Rio Grande do Sul tornou-se uma unidade política e administrativa, não deixou contudo de caracterizar-se pela dicotomia econômica e social que a coexistência de duas sociedades diferentes e praticamente autônomas representava - contradição que se manifesta com violência na Revolução Farroupilha. Já ao rebentar essa, em 1835, os "colonos" alemães estavam instalados (desde 1824) na Província; e é interessante notar que São Leopoldo, núcleo alemão, e Porto Alegre se opõem, nessa revolução, aos caudilhos da Campanha sul-rio-grandense. Outrora, porém, ao tempo da primeira colonização, a açoriana, a sociedade pastoril acabara por absorver a agrícola e, de certa forma, urbana dos açorianos. O mesmo não acontecerá com a nova sociedade "colonial". Ao contrário, já em início de nosso século, o progresso dos imigrantes é evidente. Tratar desse assunto, porém, exige uma distinção preliminar que, por sua importância para nós, deve ser levada em conta: ao se falar em imigrante, não se pode pensar apenas no "colono" rural; deve-se pensar igualmente no "burguês imigrante", que se fixou nas cidades, era proveniente de outra categoria social no país de origem e, com freqüência, já possuidor de capital.¹⁵ No início deste século, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre eram os únicos núcleos populacionais do Rio Grande do Sul que se podiam

considerar realmente urbanos. E o estudo da evolução da cidade de Porto Alegre nos forneceu, exatamente, um material capital para a construção das bases de comprovação de nossa hipótese a respeito do regionalismo da época de Simões Lopes.¹⁶ Não cabe aqui lembrar os motivos da primitiva importância dessa cidade. Cabe, porém, observar que Porto Alegre caiu entre 1820 e 1858, retomando seu crescimento em finais do século. Ora, sabe-se (cf. nota 16) que isso aconteceu graças à agricultura das "colônias" (cujo progresso percorre três fases sucessivas: da fase de subsistência à fase comercial - caracterizada pela exportação dos excedentes da produção - e dessa à da agricultura especializada). Até 1860, prevaleciam, entre os produtos de exportação do Rio Grande do Sul, os oriundos da criação de gado, escoados pelo porto da cidade de Rio Grande (único marítimo do Estado). O crescimento da agricultura "colonial", favorecido pela introdução dos caminhos de ferro, veio a revitalizar o porto da Capital, por onde se escoavam os produtos "coloniais". Assim, Porto Alegre cresce solidariamente com as "colônias", enquanto a economia pastoril sofre um processo de estagnação (a partir da metade do século, por causa, em parte, da concorrência do Prata na fabricação do charque). E já em fins do mesmo século o Rio Grande do Sul se caracteriza como grande exportador de produtos agrícolas, o que representa a supremacia da economia "colonial". A hegemonia econômica passa, dessa forma, muito claramente, da região do latifúndio para a da pequena propriedade. Por outro lado, o desenvolvimento das "colônias" ligar-se-á também ao processo de industrialização, como se verá.

3. A ascensão econômica e social do imigrante rural foi rápida, comparando-se esse ao elemento rural autóctone; mas não foi imediata. O contrário se deu com o "burguês imigrante", pertencente a outra categoria social e que já de início se integrou ao grande comércio urbano. Além disso, é preciso considerar o fato de haver diferenças econômico-sociais no interior da própria sociedade dos imigrantes rurais, onde gozava de situação privilegiada o comerciante, que veio a exercer a função de intermediário entre os "colonos" e o grande comerciante exportador e importador. Quando, pois, começaram a chegar os i-

migrantes italianos (a partir de 1875), já os alemães tinham organizado, não só sua agricultura, como a comercialização de seus produtos. Com isso, os recém-chegados confiaram seus interesses aos alemães, que haviam criado, também, todas as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de sua economia e que controlavam inclusive organismos particulares,¹⁷ a ponto de se poder falar de um "poder alemão".

4. Assim como se constata que o crescimento da agricultura "colonial" provocou o desenvolvimento de Porto Alegre, assim também constata-se que o desenvolvimento da indústria, em fins do século XIX, teve idêntica consequência. No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento da indústria se deveu às condições criadas pelo mercado que os criadores de gado e pequenos agricultores ligados ao mercado nacional constituíam. Assim, a indústria penetrou em mercado já existente, condição *sine qua non* para a concretização do processo de substituição de importações. Nessa época, o centro industrial mais importante era a cidade de Rio Grande (a primeira fundada no Rio Grande do Sul, em 1737). Contudo, já então o ritmo de crescimento de Porto Alegre - fornecedora exclusiva das "colônias" - era mais intenso do que o de Rio Grande, se se considerar o número de empresas fundadas entre 1890 e 1900. Apesar do aparecimento dos frigoríficos, evidentemente situados no Sul do Estado, essa situação não se modificou (embora os frigoríficos sul-rio-grandenses detenham a hegemonia nacional, no ramo, até mais ou menos 1917). Com o desenvolvimento industrial de Porto Alegre, uma nova dicotomia se introduz na economia do Rio Grande do Sul, representada pelos dois eixos que se constituem então: um eixo industrial, formado por Porto Alegre e Caxias do Sul (antiga "colônia" italiana) e um eixo constituído pelo resto do Estado e caracterizado pela economia agrária e pastoril. As décadas situadas entre 1890 e 1910 foram anos decisivos para a indústria sul-rio-grandense (que terminará por unir as duas partes isoladas do Estado). Ora, o grau máximo de crescimento de Porto Alegre é atingido entre 1900 e 1910. Em 1912, a cidade de Rio Grande conta apenas um terço do número de habitantes que conta Porto Alegre; e sua população diminuirá ainda mais.

5. A presença dos alemães (principalmente) no setor industrial não padece dúvidas. Como o do grande comércio, o setor industrial foi rapidamente dominado por eles; o que, aliás, relaciona-se ao capital acumulado através de grandes empresas comerciais. Vale notar que, na época de que tratamos, Porto Alegre pôde ser chamada "cidade dos alemães". Vale, igualmente, lembrar que a indústria dos alemães - assim como seu grande comércio - era favorecida pelas ligações que mantinha com a Alemanha. Quando da Primeira Grande Guerra - fase de desenvolvimento da indústria nacional e regional -, os alemães e os teuto-brasileiros dominavam quase todos os ramos industriais, no Rio Grande do Sul.

6. Para resumir essas já breves e resumidas observações, mostremos como - ainda que breves e resumidas - são elas fundamentais para nossa proposição, na medida em que mostram: a) a importância adquirida, a nível da economia, pelos imigrantes europeus e seus descendentes; b) a solidariedade existente entre o crescimento econômico e financeiro desses e o desenvolvimento de Porto Alegre, que, graças à agricultura, à indústria e ao comércio dos imigrantes, torna-se o principal centro comercial e industrial, constituindo com a "região colonial" o eixo que roubará a hegemonia econômica à região tradicional do Sul do Estado, com a qual as cidades de Rio Grande e Pelotas eram solidárias, embora situada na zona litorânea. Como se viu, Porto Alegre e sua evolução aparecem dominadas pelas consequências da "colonização", não somente através das trocas com as "colônias", mas também através do capital acumulado graças a essas, sendo que boa parte desse capital era investido em indústrias e empresas comerciais de grande porte, cuja sede se encontrava na Capital. Ou seja: Porto Alegre desenvolveu uma economia industrial graças em grande parte ao mercado de produtos manufaturados constituído pelas zonas Centro e Norte do Estado, colonizadas por alemães e italianos (tendo também os últimos ingressado no campo industrial, onde sobrepujaram os alemães em alguns setores). O ponto de partida de tal expansão foi a expansão agrícola das "colônias", dirigida para o mercado nacional e que, por sua vez, teve por base, tanto a propriedade de 77 já atribuída a cada "colono" ,

quanto a simbiose entre o comércio e a agricultura. Continuando a sintetizar, notemos ainda que: c) a agricultura baseada na pequena propriedade criou um elemento novo no panorama social sul-rio-grandense: o pequeno proprietário com possibilidades de ascensão social (radicalmente diferente, nisso, do pequeno proprietário nacional, sobretudo o inserido na região tradicional do Estado); d) contudo, só mais tarde essa classe média rural virá a ser um elemento realmente transformador do panorama sul-rio-grandense, a outros níveis que não o da economia; e) assim, pois, para a época que mais nos interessa no momento, resta, como constatação fundamental e decisiva, a de que as consequências da "colonização", a nível da economia, não só modificaram a fisionomia do Rio Grande do Sul, mas, também (e aí reside o fundamental para nós), ocasionaram a perda da hegemonia econômica por parte da região tradicional do Estado, condenando à inferioridade, sob esse ponto de vista, a velha sociedade pastoril.

7. A ascensão social dos imigrantes e seus descendentes (vale lembrar que o "burguês imigrante" não necessitou ascender) veio a dar-se em consequência de seu poder econômico. Já no século XIX penetram eles no setor cultural (sem falar de setores em que atingiram extrema importância, como o religioso, o esportivo, etc.). E são exatamente as consequências sociais, culturais e políticas da imigração e da "colonização" que nos interessam agora. Manifestaram-se elas mais tardiamente do que as econômicas, por dependerem do processo de assimilação, que, sabe-se, foi lento. Isso fez com que, nos níveis social, cultural e político, a coexistência das duas sociedades a que aludimos antes se tenha prolongado, retardando, assim, o momento do confronto entre elas. No âmbito político, principalmente, a região tradicional pôde, em função desse fato, manter sua hegemonia (até, crê-se, 1930, pelo menos); e ela representava, do ponto de vista étnico-cultural, o luso-brasileiro e, do ponto de vista social, os grandes proprietários. Os direitos políticos foram concedidos aos imigrantes pelo regime republicano, na véspera, justamente, do impulso industrial. Mas o confronto entre as duas sociedades só se veio a dar quando a presença imigrante, especialmente alemã, se fez sentir a nível político.

Além do fator acima citado (a lentidão da assimilação), outras causas contribuíram para que esse fenômeno haja sido tardio: a chamada "ditadura positivista" - que durante tantos anos governou o Estado, reduzindo as oportunidades de participação política (não só para os imigrantes, aliás), à qual, é forçoso dizê-lo, os imigrantes rurais adaptaram-se bem - e os movimentos germânicos conhecidos por germanismo, pangermanismo e nacional-socialismo, na medida em que esses movimentos (como a "ditadura positivista") ajudaram o enquistamento étnico, retardando a assimilação. Porém, a partir do momento em que começou a se efetivar, a presença dos imigrantes na cena política descreveu uma curva ascendente,¹⁸ até o momento em que, graças a sua densidade demográfica, manifestaram-se eles como uma verdadeira força eleitoral: em 1945, a região da Campanha representou apenas 16,5% dos eleitores do Estado; somado esse percentual aos do Litoral e da Depressão Central, não se obtém senão 45% do total de eleitores, não tendo as comunidades pastoris do Planalto contribuído senão com 8,5%. Há, ainda, que considerar, nos citados 45%, a contribuição dos três grandes núcleos urbanos do Litoral (Porto Alegre, especialmente, contando grande número de descendentes de imigrantes entre sua população).

8. Segundo Jean Roche,¹⁹ o primeiro incidente grave envolvendo alemães e teuto-brasileiros - que representaria, em nossa perspectiva, uma manifestação do confronto entre as duas sociedades de que falamos - deu-se no início de nosso século. É compreensível que a tensão já existente haja aumentado sensivelmente na época da Primeira Grande Guerra; e o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado brasileiro a exigir a entrada do país nessa guerra (havendo que levar em conta, ao julgar tal fato, a francofilia de Borges de Medeiros). Importa-nos salientar dois pontos: primeiro, que a partir dessa época se pode falar em uma "questão alemã"; segundo, que o artigo de Simões Lopes a que nos referimos antes (cf. nota 10), em que o autor protesta contra a participação eleitoral posta sob etiqueta étnica, é de 1914. Julgamos que a "questão alemã" e o que chamamos "reação tradicional" participam de um mesmo problema, interrelacionando-se estreitamente. No exame dessas relações, para considerar, ao final, a viabilidade de nossa hipótese concernente ao

regionalismo, procuramos dados capazes de esclarecer a primeira, que se insere em questão mais ampla: a do imigrante em geral. Não se trata agora de trazer aqui tais dados em suas totalidade e minúcia. Assim sendo, enumeraremos apenas alguns pontos a esse respeito. Uma primeira constatação é que os governos, tanto o Governo nacional, quanto o regional, valorizavam a imigração; contudo, verificam-se oscilações em seus comportamentos, notando-se que algumas das reações negativas provocadas nesse nível pelos "colonos" são justificáveis (como na questão da chamada "dívida colonial"). Por outro lado, constata-se que, se se reagia negativamente à integração política dos imigrantes, deles se exigia, contraditoriamente, a adoção da língua e da cultura nacionais. De fato, parece contraditório que a preservação da cultura tradicional luso-brasileira (que se buscava ao combater a homogeneidade cultural dos imigrantes) passe pela integração do exótico (que havia de redundar fatalmente em modificação do que se queria preservar). Mas, curiosamente (ou nem tanto), e felizmente para nossa hipótese, é isso mesmo o que nos revelara o exame textual, anterior à coleta de dados históricos. A esse respeito, Roche afirma que só a xenofobia se inflamou quando das guerras mundiais, porque o "nativismo", esse já vinha se desenvolvendo com constância desde fins do século passado, face à importância numérica e à consciência coletiva (levando à solidariedade étnica) de que davam prova os teuto-brasileiros (imigrantes a que se restringe a afirmação do autor citado). Quanto a Singer (relativamente à questão, parece ter-se baseado em boa parte na obra citada de Roche), acredita que o antagonismo - nem sempre aberto - entre as duas sociedades aqui em causa marca a história da Província e do Estado, manifestando-se, por parte dos luso-brasileiros, sob a forma de xenofobia e de tentativas de manter os imigrantes nas zonas rurais, impedindo, assim, sua "urbanização"; e expressando-se, por parte dos imigrantes, pelo isolacionismo (como afirmação de seus próprios valores). Roche afirma ainda que os deputados representativos da sociedade tradicional não se opunham a tal isolacionismo, desde que os núcleos "coloniais" não pesassem nos cofres públicos. Em contrapartida, é esse mesmo autor quem transcreve um texto extremamente expressivo para nós, de 1881: "... seremos governados pelos adventícios; (...) agora, mais

do que nunca, são convocadas as forças nacionais. (...) Defendamos com intransigência nossas tradições. A tradição é o principal fundamento da idéia de Pátria."²⁰ E sabe-se que, pelo segundo quartel do século XIX, houve oposição à imigração, na Assembléia Provincial, constituída por representantes da região tradicional. Em direção contrária à da desse tipo de manifestação vão, por exemplo, o fato de a Polícia ter protegido os alemães e seus bens em 1917, quando de incidentes, e o de ter sido comemorado oficialmente o centenário da imigração alemã, em 1924.

9. Em suma, se a esses e outros dados acrescentarmos documentos que nos foram fornecidos pela imprensa da época e que em parte anexamos a nossa tese de Doutorado; se, ainda, somarmos a esse conjunto o conhecimento que outro tipo de fonte nos proporcionou, poderemos concluir - e o fazemos - , não apenas afirmando que de fato existiu uma "questão imigrante" - principalmente, uma "questão alemã", como, igualmente, admitindo sua grande importância, no contexto histórico regional. Poderemos, também - e o fazemos - , com base na investigação realizada, relacionar essencialmente essa questão com transformações antes de mais nada econômicas que mudaram a face do Rio Grande do Sul; ainda que - e isto é uma constatação a mais, fundamental para nossa análise - motivos econômicos nunca tenham sido declarados, nem por uns, nem por outros dos interessados no caso. Aqui nos importa apenas uma das partes: aquela a que se liga a "reação tradicional". E, no que lhes diz respeito, parece ser fundada a hipótese segundo a qual o que Roche chama "animosidade cívica"²¹ ante a ameaça alienígena tem uma motivação econômica que a explica - em parte, mas fundamentalmente -, relacionando-se essa de forma essencial com os demais elementos em jogo (poder político, identidade cultural...). Mostrado aqui, ainda que insuficientemente, o grau de probabilidade desse aspecto de nossa hipótese, resta fundamentar seu outro aspecto, o que relaciona a "reação tradicional" ao regionalismo da época em geral e, em particular, ao regionalismo literário.

10. Não se pode afirmar taxativamente que, em sua generalidade, o regionalismo sul-rio-grandense seja caudatário dos fenômenos que mencionamos. Se se o considerar, por exemplo, no

plano político e em uma época anterior - a da Revolução Farroupilha - constatar-se-á que se relaciona à aludida questão poder central/poderes locais, que localizamos em âmbito brasileiro. Se o considerarmos em época recente e a nível de práticas e criações culturais, vemos que responde a mais de uma motivação, contendo inclusive um forte elemento de algo que representa na tendência regionalista uma tradição bastante antiga: a afirmação face ao nacional (avatar, talvez, da velha questão que referimos acima). Se, pois, ao mesmo fenômeno podem corresponder motivações complexas e variáveis - mesmo se, às vezes, originando-se em bases idênticas ou semelhantes - seria temerário, sem um estudo mais global e rigoroso (estudo que, como dissemos, não existe, salvo erro) fazer afirmações gerais e taxativas relativamente ao regionalismo da época em questão. O que podemos constatar e, consequentemente, afirmar, se nos restringirmos ao setor das criações e práticas culturais, é que a primeira voga regionalista nesse setor, no Rio Grande do Sul, coincide cronologicamente com os fenômenos relativos aos dados históricos e sociológicos aqui expostos de forma resumida. Uma tal constatação é já, em nossa opinião, suficientemente importante.

11. Se, restringindo ainda mais nosso campo, nos ativermos ao regionalismo na literatura erudita, que se insere no referido setor, poderemos fazer algumas afirmações. Primeiramente, pode-se afirmar, quanto ao autor em causa aqui, que o confronto dos elementos textuais, colhidos através de nossa análise, com os dados histórico-sociológicos que expusemos mostra haver entre o conjunto de uns e o conjunto de outros dados uma analogia suficiente para que se reconheça a viabilidade de nossa hipótese. Nossa afirmação, contudo, só poderia ser aceita sem restrições se pudéssemos discorrer mais largamente aqui sobre nossa análise textual. Sem isso, só poderemos afirmar que tal analogia parece-nos suficientemente conclusiva.²² Em segundo lugar, pode-se também afirmar que, se é verdade que o "fenômeno Símões" apresenta uma especificidade que nós próprios apontamos e que consiste na coexistência de duas faces contraditórias, referidas ambas ao "mito do gaúcho" - "adesão" e "transgressão" -, é também verdade que no relativo à primeira dessas faces ele se

identifica com todo um grupo de escritores (e, mais amplamente, de intelectuais), situado nos primórdios da literatura regionalista. Não é temerário, pois, pretender sejam válidas para esse grupo as mesmas motivações ideológicas - inconscientes, talvez - que atribuímos a Simões, ainda que tenha sido ele o único a nos fornecer a "pista" representada pelo "gringo". Uma tal interpretação permitiria explicar, entre outras coisas, a apropriação do popular pelo erudito, que é fato básico comum à literatura regionalista da época e que, como tentamos mostrar no "panorama problemático" de nosso trabalho, se integra num quadro ideológico bem mais amplo e complexo. Essa interpretação também permitiria explicar tal regionalismo mais satisfatoriamente do que o faz a interpretação segundo a qual ele não passa de um efeito residual do Romantismo (explicação que nunca nos satisfez).

Observações finais

O que acima dissemos não significa que queiramos explicar a literatura pela ideologia, pois isso significaria reduzir uma à outra, o que não nos parece possível. Significa, sim, que acreditamos ser a literatura portadora de visões-de-mundo (e a visão-de-mundo não se confunde com a ideologia, propriamente) e que essas não são criações individuais, mas coletivas. Significa, igualmente que, se o que cabe num caso particular é uma análise ideológica, essa não procurará reduzir a literatura à ideologia e, sim, relacionará uma e outra num contexto (o histórico-social) que a ambas englobe e explique.

O regionalismo brasileiro (aqui, o movimento literário) nasceu, cronologicamente, sob o signo do Romantismo. E o Romantismo, diz-se, como em geral as tendências e os movimentos literários nossos, é produto de uma importação, tendo apenas sofrido um processo de adaptação, em que elementos exóticos foram substituídos por elementos autóctones, adquirindo o todo uma "cor local". Por aí ficam e com isso se contentam os que ainda só conseguem ver-nos - e ver-se - como meros importadores de cultura. O importante, no entanto (que se constitui como um desafio), é tentar, para cada caso - cada objeto de estudo - algo semelhante ao que fez Roberto Schwarz em um capí-

tulo fundamental de sua tese sobre Machado de Assis:²³ ver como, sobre a base do modelo de "defasagem cultural" que é o nosso, operam os elementos típicos do contexto sócio-histórico, provocando um "descentramento" e gerando a nossa originalidade. Em tais processos é que pode ser buscada a identidade nossa e dos fenômenos que nos concernem. O estudo de tais processos supõe a criação de critérios próprios de análise. Tal é o espírito de nossas propostas a respeito do regionalismo.

Notas

¹Cf., por exemplo Benjamin, Walter, "Sobre o conceito de História", trad. de M. Luiza de C. Armando e Paulo Schneider, Ijuí, FIDENE, 1983, a partir da tradução francesa (Benjamin, W., "Thèmes sur la philosophie de l'histoire", in Idem, *L'homme, le langage, la culture - Essais*, Paris, Denoël/Gonthier, 1971 ("Bibliothèque Médiations"), p.183-196) e do original alemão (Idem, *Über den Begriff der Geschichte Gesammelte Schriften*, Band I.2, Unter Mitwirkung von Theodor W. Adorno und Gershom Scholem, Lerangsgegeben von Rolf Tiedeman und Hermann Schweppenhausser, Frankfurt/Main, Suhrkamp Verlag, Zweite Auflage, 1974).

²Hauser, Arnold, *Introducción a la historia del arte*, Madrid, Guadarrama, 2.ed., 1962 ("Colección Universitaria de Bolsillo Punto Omega"), cap. V, 1, p.363.

³A esse respeito, v. nossos trabalhos: Cunha, M. Luiza de Carvalho Armando e -, *Littérature, mythe, idéologie, société - le cas de l'Extrême-Sud brésilien*, Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine-Université de Paris - II, Sorbonne Nouvelle, 1976 (fotocopiado) e Armando, M. Luiza de Carvalho, *Le régionalisme littéraire et le "mythe du gaucho" dans l'Extrême-Sud brésilien - Le cas de Simões Lopes Neto*, t. I: *Le Rio Grande do Sul et le "mythe du gaucho"* (panorama problématique); t. II: *Simões Lopes Neto et le "mythe du gaucho"* (analyse textuelle), t. III: *Une culture menacée? (propositions pour une analyse sociologique)*; t. IV: *Annexes*, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Université de Paris-III, Sorbonne Nouvelle, 1984 (fotocopiado). (Cf. especialmente t. I.). /Nosso primeiro trabalho sobre o assunto: Armando, M. Luiza de Carvalho, "Pode parecer exagero...", in "Caderno de Sábado", Correio do Povo, Porto Alegre, 7/10/1972.

⁴V. o segundo trabalho citado na nota anterior.

⁵Primeira publicação: 1914 (*Correio Mercantil*, Pelotas, sob forma de folhetim). Lopes Neto, João Simões, *Casos do Romualdo - Contos gauchescos*, P. Alegre, Editora Globo/INL - MEC, 1.ed., 3^a impr., 1973 ("Coleção Província") (prefácio de Augusto Meyer).

⁶Verissimo, Erico, *O tempo e o vento - I - O Continente*, Porto Alegre, Editora Globo, 1.ed., 1949.

⁷ Consideramos como primeiro regionalismo o que surge e se afirma com a geração do Partenon Literário, sociedade intelectual de grande importância na história cultural do Rio Grande do Sul (fundada em 1868), pois só a partir de então toma corpo e se define a tendência regionalista característica da literatura sul-rio-grandense, sendo Caldre e Fião algo como uma espécie de precursor. Entre os membros do Partenon Literário, lembraremos apenas, por sua liderança, Apolinário Porto Alegre.

⁸ Cf., para maiores esclarecimentos, os trabalhos citados na nota 3.

⁹ Para maiores esclarecimentos, cf. t. II de nossa tese de Doutorado, cit. nota 3 e, como matriz originária dessa análise, o artigo também aí citado. / As obras de Simões a que nos referimos são a citada na nota 5 e: Lopes Neto, João Simões, *Contos gauchescos*, in Idem, *Contos gauchescos e Lendas do Sul*, P. Alegre/R. de Janeiro/São Paulo, Editora Globo, 2.ed., 4^a impr., 1961 ("Coleção Província") (ed. crítica com intr., notas, variantes e glossário de A.B. de Hollanda, pref. e notas de A. Meyer, posf. de C. Reverbel).

¹⁰ Remetemos, para maiores esclarecimentos, à terceira parte do t. II de nossa tese, em que a questão é tratada: "L'étranger et l'autochtone". Cf. nota 3./ Salientamos especialmente uma nota de jornal, "Protestamos!", peça básica para nossa análise (*Correio Mercantil*, Pelotas, 1/12/1914).

¹¹ A expressão é tomada de Max Weber e utilizada por Faoro: Faoro, Raymundo, *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*, R. de Janeiro/P. Alegre/S. Paulo, Editora Globo, 1958.

¹² Sarmiento, Domingo Faustino, *Facundo - Civilización y barbarie*, Madri, Alianza Editorial S/A, 1970 ("El libro de bolsillo - Clásicos") (Pról. e notas de R. Yahni).

¹³ Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 14.ed., 1976 ("Biblioteca Universitária - série 2^a - Ciências Sociais - vol. 23").

¹⁴ V., a respeito, Sodré, Nelson Werneck, *História da burguesia brasileira*, R. de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 3. ed., 1976.

¹⁵ A respeito do "burguês imigrante", v. Silva, Sérgio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, S. Paulo, Editora Alfa Omega, 1976.

¹⁶ Singer, Paul, *Desenvolvimento econômica e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ed., 1977.

¹⁷ Os alemães apoiavam-se em uma organização técnica e bancária, uma propaganda moderna e um equipamento comercial completo. Contavam com agentes alfandegários, banqueiros, seguradores, etc. alemães. Eram acionistas ou gerentes de bancos, tendo mon-

tado o equipamento bancário das "colônias". Ainda, criaram outras espécies de organismos, como as caixas rurais. Marcam sua presença em associações profissionais de vários tipos e, inclusive, criaram a Câmara de Comércio Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul. Etc.

¹⁸ Essa presença começou com a participação nos conselhos municipais e, após, na Assembléia Provincial. Os três primeiros deputados teuto-brasileiros eram jornalistas. E um deles, Carlos von Kōseriz, constitui problema merecedor de atenção, pois, interessado na cultura local, membro do Partenon Literário, estimulou o interesse dos intelectuais sul-rio-grandenses de então pelo regional e, inclusive, interessou-se pelo cantor gaúcho. De Jansen (Carlos) se pode dizer o mesmo. Esse, inclusive, escreveu uma novela de inspiração regional, **O patuá**.

¹⁹ Roche, Jean, *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1959 ("Travaux et Mémoires de l'IHEAL-III"). Trata-se da única obra verdadeiramente importante sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, por seu rigor e pela extensão dos dados recolhidos.

²⁰ Roche, op. cit., ed. cit., p.574 (tradução nossa). Citamos parcialmente aqui a transcrição de Roche.

²¹ Idem idem nota anterior, p.582. Segundo o autor, essa "animosidade cívica" estaria ligada a uma "inveja" de caráter econômico.

²² Remetemos, quanto aos dados em questão, à parte do t. II de nossa tese, citada na nota 10.

²³ Schwarz, Roberto, "Dépendance nationale, déplacements d'idéologies, littérature", in *L'homme et la société*, nº 26, Paris, Editions Anthropos, 1972. Não dispomos das referências bibliográficas da edição brasileira dessa tese.

